

FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

**Os desenhos industriais no setor automotivo e a tênue relação com o direito
concorrencial**

Rafael Mendes Barbosa

Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP,
sob orientação da professora Leonor
Clodorvil

Versão de 11.09.2017

1. Tema, contexto e delimitação de escopo

O tema da pesquisa está relacionado à tênue relação entre os direitos de propriedade industrial e o direito concorrencial, especificamente no que tange aos direitos de desenhos industriais detidos pelas montadoras de veículos no Brasil e as restrições de fabricação de peças automotivos por parte de fabricantes independentes.

Atualmente as montadoras de veículos, detentoras dos direitos de desenhos industriais se valem dos mesmos para fabricar e comercializar, com exclusividade, peças automotivas, principalmente aquelas relacionadas ao *design* do carro, e vedar que qualquer outro fabricante as reproduza e as comercialize. Neste contexto, os fabricantes independentes de autopeças se encontram à margem lei por não possuíram permissão ou estarem legalmente construídos para fabricar e comercializar determinadas peças de veículos, assim como os consumidores, conseqüentemente, acabam por ter apenas uma opção de aquisição, qual seja, através da rede de concessionárias das montadoras de veículos.

Inserido neste cenário, o escopo da pesquisa estará delimitado à análise do procedimento administrativo nº 08012.002673/2007-51, em trâmite perante o CADE, no qual se discute exatamente a questão da propriedade dos desenhos industriais por parte das montadoras de veículos e supostas práticas anticoncorrenciais por parte destas contra fabricantes independentes de autopeças.

A pesquisa analisará ambos os lados da questão, ou seja, os aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual, especificamente os desenhos industriais, e os aspectos relacionados direito antitruste, com o objetivo de propor questionamentos e reflexões sobre determinadas questões, e, ao final, sugerir uma solução para que a coexistência harmônica dos institutos legais assim como dos setores da indústria envolvidos no procedimento administrativo junto ao CADE.

2. Modelo de pesquisa

O modelo de pesquisa adotado será o estudo de caso do procedimento administrativo nº 08012.002673/2007-51, em trâmite junto ao CADE.

Este caso foi escolhido pois trata de forma específica e aprofundada sobre a relação entre os direitos de desenho industrial e antitruste dos setores automotivo e de autopeças, os quais representam alta relevância para economia brasileira, além disso, o referido procedimento administrativo dispõe de farto material de estudo, tais como, pareceres, análise de dados relacionados aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e análise do direito comparado nos EUA e Europa.

A pesquisa em questão analisará de forma pontual o cerne da discussão presente no referido procedimento administrativo, abordando ambos os lados das partes envolvidas e destacando os pontos relevantes dos argumentos prestados pelas mesmas.

3. Problemas e quesitos

A proteção específica dos desenhos industriais foi conferida através da promulgação da lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial) e desde então as montadoras de veículos intensificaram os procedimentos de fiscalização relacionada à fabricação e comercialização indevida de autopeças decorrentes da reprodução de registros de desenhos industriais detidos pelas mesmas.

Através de notificações extrajudiciais e processos judiciais, as montadoras de veículos deram início à repressão quanto a fabricação e comercialização de autopeças por parte dos fabricantes independentes, que, por sua vez, alegam que as montadoras adotam práticas anticompetitivas por abuso dos direitos de propriedade intelectual relacionados aos desenhos industriais.

A partir deste impasse em relação à interpretação dos direitos de propriedade intelectual e o direito concorrencial por parte das montadoras e dos fabricantes de autopeças, foi instaurado o procedimento administrativo nº 08012.002673/2007-51 perante o CADE. Entretanto, qualquer que seja o resultado o julgamento do referido procedimento administrativo junto ao CADE, provavelmente a questão não estará solucionada e provavelmente a parte que se sentir lesada recorrerá ao judiciário.

Portanto, faz-se necessária a reflexão sobre determinados pontos os quais o projeto de pesquisa abordará através dos quesitos abaixo, assim como faz-se necessária a reflexão sobre as possibilidades de solucionar os problemas acima mencionados.

- Quesito A: Existiria um limite para a utilização e exercício dos direitos de propriedade intelectual?

- Quesito B: Qual a função dos direitos de propriedade intelectual em relação aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento?
- Quesito C: Os desenhos industriais realmente representam desenvolvimento e avanço tecnológico para indústria?
- Quesito D: Faz sentido manter a exclusividade dos direitos de desenhos industriais de peças que são indissociáveis do produto final?
- Quesito E: Seria possível preservar os direitos de criação dos desenhos industriais e remunerar a parte criadora dos mesmos, sem prejuízo da fabricação e comercialização por terceiros de produtos decorrentes de tais desenhos industriais?

4. Justificação da relevância prática e do potencial inovador

O estudo de caso em questão possui grande relevância para os setores automotivo e autopeças no mercado brasileiro, assim como para o público consumidor.

Conforme estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário¹, o mercado de peças de reposição faturou o valor aproximado de R\$ 105 bilhões de reais em 2014.

Além disso, o setor automotivo é um dos mais importantes do Brasil e responsável pelo percentual equivalente a 23% do PIB Industrial brasileiro e 5% do PIB Total, conforme dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Portanto, é fundamental uma análise pontual sobre os atritos existentes entre os setores automotivo e de autopeças, visando a harmonização dos interesses e a devida regulação jurídica em prol da segurança jurídica e continuidade de investimento em ambos setores, além de proporcionar maior número de opções aos consumidores.

5. Fontes e métodos de investigação

A pesquisa terá como principal fonte de investigação o procedimento administrativo nº 08012.002673/2007-51 em trâmite perante o CADE, que, conforme já mencionado anteriormente, possui vasto material a ser analisado, como pareceres, dados e informações relacionados a pesquisa e desenvolvimento, assim como análise sobre a legislação de propriedade intelectual e antitruste brasileira. De forma secundária, a pesquisa também poderá abordar a análise da matéria sob a ótica do direito comparado, através da interpretação da legislação americana e europeia.

¹ <https://ibpt.com.br/noticia/2117/Mercado-de-reposicao-de-pecas-automotivas-faturou-mais-de-R-105-bilhoesem-2014>

Considerando que a pesquisa será relacionada ao estudo de caso, o principal método de investigação será a análise do procedimento administrativo acima mencionado, entretanto, poderão ser realizadas entrevistas com pessoas chave das montadoras, dos fabricantes de autopeças, e especialistas em propriedade intelectual e direito concorrencial.

6. Familiaridade com o objeto, acessibilidade de informações e envolvimento pessoal

Trabalhei no setor automotivo por 10 anos e tive a oportunidade de trabalhar diretamente no procedimento administrativo nº 08012.002673/2007-51 desde o seu início em 2007 até meados de 2013. Possuo conhecimentos aprofundados em propriedade intelectual e direito concorrencial, e, portanto, bastante familiaridade com o assunto objeto da pesquisa.

O procedimento administrativo acima mencionado, e que será objeto de estudo, possui todos os seus documentos disponibilizados publicamente e de forma eletrônica no site do CADE, portanto, com acesso irrestrito a qualquer pessoa interessada. Além disso, possuo contatos com pessoas dos setor automotivo e advogados especializados nas matérias de direito de propriedade intelectual e direito concorrencial que poderão contribuir para a pesquisa.

Apesar de atualmente eu não estar atuando no setor automotivo, assim como não estar conduzindo o caso por nenhuma das partes envolvidas, eu venho acompanhado todos os trâmites do referido procedimento administrativo e mantendo contatos esporádicos com advogados responsáveis pela condução do caso devido ao meu interesse pessoal no assunto devido a sua alta relevância para a indústria e complexidade entre as matérias de direito de propriedade intelectual e concorrencial.

7. Indicação de literatura especializada e obras de referência

A pesquisa utilizará como parâmetro de referências a seguintes obras literárias:

ASSAFIM, JOÃO MARCELO DE LIMA (2015). *A Transferência de Tecnologia no Brasil*. Lumen Juris Editora.

BRAGA, RODRIGO BERNARDES / TIMM, LUCIANO BENETTI (2011). *Propriedade Intelectual*. Editora Arraes.

FERRAZ JR., TÉRCIO SAMPAIO. *Propriedade Industrial e Defesa da Concorrência*. Disponível em: <http://www.terciosampaioferrazjr.com.br/?q=/publicacoes/cientificas/96>. Acesso em 15.11.2013

FORGIONI, PAULA. *Os fundamentos do antitruste*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

LILLA, PAULO EDUARDO. *Propriedade Intelectual e Direito da Concorrencial – Uma Abordagem Sob a Perspectiva do Acordo Trips*. (2014). Editora Quartier Latin.

LOBO, T. T. (1997). *Introdução à Nova Lei de Propriedade Industrial*. São Paulo: Atlas.

MOTTA, Ricardo Casanova. *Sham litigation como abuso do direito de propriedade intelectual*. (2016). 131f. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

POSNER, R. A. (2011). *Economic Analysis of Law*. New York: Aspen Publishers.

RIBAS, GUILHERME FÁVARO CARVO (2011). *Direito Antitruste e Propriedade Intelectual*. Editora Singular.

RODRIGUES, V. (2016). *Análise económica do Direito: uma introdução*. Coimbra: Edições Almedina.

SALOMÃO FILHO, CALIXTO. (2003). *Direito Concorrencial - As Condutas*. Malheiros Editores.

SALOMÃO FILHO, CALIXTO. Direito industrial, direito concorrencial e interesse público. Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/732/912>. Acesso em 15.11.2013.

SANTOS, MANOEL J. PEREIRA DOS / JABUR, WILSON PINHEIRO (2007). *Criações Industriais, Segredos de Negócio e Concorrência Desleal – Série GVlaw*. Editora Saraiva.

Ao longo da pesquisa novas obras literárias poderão ser adicionadas.

8. Sumário preliminar

Introdução

O presente estudo abordará a análise do procedimento administrativo nº 08012.002673/2007-5, que tem por objeto a discussão movida pela Associação Nacional de Fabricantes de Autopeças contra três grandes montadoras de veículos no Brasil, sob a alegação de práticas anticoncorrenciais por parte das montadoras no exercício dos seus direitos de propriedade intelectual, especificamente em relação aos desenhos industriais.

1. Os direitos de propriedade intelectual e sua relação com o direito concorrencial

- 1.1 A proteção conferida aos direitos de propriedade intelectual
- 1.2 O direito concorrencial e objetivos de combater práticas anticoncorrenciais
- 1.3 A harmonização entre os direitos de propriedade intelectual e o antitruste

2. Os direitos de propriedade intelectual e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento

- 2.1 A segurança jurídica conferida pelos direitos de propriedade intelectual como elemento de incentivo à pesquisa e desenvolvimento;
- 2.2 A relação entre os direitos de propriedade intelectual e os investimentos de pesquisa e desenvolvimento no Brasil;
- 2.3 Os desenhos industriais como meio de desenvolvimento tecnológico;

3. O direito concorrencial como elemento de equilíbrio da economia

